

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.391 - RS (2019/0060918-5)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ABASTEC ABASTECIMENTO LAVAGENS E LUBRIFICAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADOS : FELIPE ESTEVES GRANDO - RS050730**  
**LUIZA FRANARIN SPIER - RS089524**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : PAULO ROBERTO BASSO - RS025762**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Abastec – Abastecimento, Lavagens e Lubrificação Ltda., com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 426):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À PENHORA. EXCESSO DE PENHORA. INEXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE PENHORA DOS ALUGUÉIS DA EXECUTADA.

1. Preliminar de nulidade da sentença, por fundamentação genérica, que não encontra amparo. Decisão guerreada que bem fundamentou as razões do entendimento e enfrentou devidamente os pontos controvertidos.
  2. Excesso de penhora que não restou comprovado. Existindo outras penhoras sobre o imóvel inicialmente constricto no feito, bem como não demonstrada a valorização do imóvel, não merece acolhimento a afirmação de impropriedade do reforço da penhora impugnado.
  3. A penhora sobre valor percebido a título de aluguel pela recorrente configura-se, em tese, como penhora em dinheiro, de modo que a pretensão do credor vai ao encontro da ordem estabelecida no art. 11 da Lei Federal n. 6.830/90.
  4. Autorização de compensação do valor objeto da penhora que não justifica a arguida impossibilidade de constrição, sob pena de caracterização de abuso, na forma do art. 380 do CC.
- RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos pelo Estado do Rio Grande do Sul foram acolhidos tão somente para sanar obscuridade, enquanto os declaratórios formalizados pela empresa recorrente foram rejeitados.

A recorrente alega, nas razões do especial, a existência de violação do disposto nos arts. 805, 873 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015; 11 e 15 da Lei n. 6.830/1980; e 380 do Código Civil. Aduz, em suma, que (e-STJ, fls. 522-523):

- i) o exequente não comprovou a insuficiência da penhora e a necessidade de

seu reforço, (ii) a penhora de aluguéis é espécie de penhora de faturamento, que somente poderá ser deferida ante o preenchimento de determinados requisitos, dentre eles, a ausência de outros bens penhoráveis, o que não se observa neste caso, e (iii) existe previsão de compensação dos aluguéis constrictos, muito anterior à penhora.

Contrarrazões apresentadas às e-STJ, fls. 546-554.

Pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial apresentado às e-STJ, fls. 712-719.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do conteúdo do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto devidamente fundamentado o acórdão recorrido e o posicionamento assumido pelo Tribunal de Justiça, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Não há falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Colegiado *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. EXCESSO NA CONDUTA DOS POLICIAIS, NO MOMENTO DA PRISÃO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. PRETENDIDA REDUÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022, II, do CPC vigente, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.197/AC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 4/5/2017)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO TARDIA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO DISTRITAL AFASTADA. DECISÃO JUDICIAL. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO.

INVIABILIDADE. PRECEDENTES.

1. Afasta-se a alegada violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, porquanto a instância ordinária dirimiu, de forma clara e fundamentada, a questão que lhe foi submetida, e apreciou integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 990.169/DF, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017)

No caso específico dos autos, a Corte estadual assim decidiu acerca da constrição implementada no patrimônio da insurgente (e-STJ, fls. 429-431):

[...]

*In casu*, o apelante alega que o valor do imóvel penhorado é suficiente para garantir a dívida fiscal, a qual atinge o montante de R\$ 1.583.894,36. Porém, como se pode verificar nos autos, a avaliação feita do imóvel é de R\$ 1.000.000,00 (fl. 48).

Outrossim, o argumento de que o valor está defasado, em razão da época da avaliação realizada, não encontra respaldo nos elementos colacionados ao feito. Aliás, há que se destacar que o apelante meramente atualiza o valor do imóvel pelo IGP-M, sem efetivamente indicar no que funda sua alegação de valorização imobiliária na localidade e mesmo sem considerar as demais constrições existentes sobre o imóvel em questão.

Assim, entendo que efetivamente não está demonstrado o alegado excesso de penhora, dada a impossibilidade de pagamento da dívida somente com a penhora do imóvel de matrícula n. 10.551.

Ademais, o requerido pelo apelante, tanto nos embargos à execução, quanto na apelação, não se caracteriza como excesso de penhora.

Como se pode observar à fl. 358, o embargante argumenta que possui mais imóveis que poderiam reforçar a penhora, substituindo a penhora dos locativos mensais, anteriormente deferida nos autos da execução fiscal, pela penhora destes outros imóveis.

Contudo, como bem considerou o juízo *a quo* e como foi verificado no agravo de instrumento n. 70055852578, a referida penhora configura-se como penhora em dinheiro, indo ao encontro do que consta no art. 11 da Lei Federal n. 6830/90.

[...]

Por fim, quanto à ausência de disponibilidade do valor em razão dos contratos realizados pela apelante como obstáculo à penhora realizada, entendo que não merece acolhimento a arguição.

Isto porque, primeiro, não há indicação nos contratos de locação e sublocação realizados entre a agravante e a Petrobrás Distribuidora S.A. acerca da imperiosidade da compensação, mas apenas da forma de pagamento em dinheiro do montante acordado (R\$ 10.000,00 para cada um dos contratos) e viabilidade de avença de forma diversa de pagamento.

Outrossim, tem-se que a compensação somente é viável em face de direito

que efetivamente adentrou na esfera de disponibilidade das empresas, na forma do art. 368 e seguintes do CC, sendo que a movimentação contábil representa a realidade da existência de obrigações mútuas entre as partes, em razão da autorização de compensação emitida pela agravante no ofício da fl. 285 deste instrumento.

Seria impensável concluir que a referida autorização de compensação implica ausência de direito da agravante ou mesmo frustra pretensão de constrição, sob pena de ampla fraude a terceiros interessados e privilegiados em relação ao crédito a receber, na forma do art. 380 do CC, como bem delineado pelo magistrado de origem.

Para afastar o entendimento a que chegou o Tribunal *a quo*, de modo a albergar as peculiaridades do caso como sustentado neste apelo extremo, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, ENTENDEU QUE SERIA INVIÁVEL VERIFICAR O ALEGADO EXCESSO DE PENHORA EM MOMENTO ANTERIOR À AVALIAÇÃO DOS BENS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A Corte de origem, ante a constatação de que os bens penhorados ainda não haviam sido avaliados, entendeu inviável a verificação de eventual excesso de penhora.

II. Nesses termos, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente, relativos a eventual excesso de penhora, devido à constrição de valor superior ao próprio crédito exequendo, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

III. Ademais, é firme nesta Corte, o entendimento de que "a alegação de eventual excesso de penhora, conforme preceitua o próprio artigo 685, caput, do Código de Processo Civil, deverá ser feita após a avaliação" (STJ, AgRg no Ag 655.553/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJU de 23/05/2005). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 88.983/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 03/08/2015.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.495.035/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 3/2/2016)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 620 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO ARESTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. EXCESSO DE PENHORA. SÚMULA N. 07/STJ. INCIDÊNCIA.

[...]

IV - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de considerar a penhora excessiva, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

V - O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

VI - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.518.935/DF, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/5/2015, DJe 8/6/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NOVA AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL PENHORADO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O acolhimento da pretensão recursal, no sentido de ser necessário nova avaliação do bem objeto da penhora, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.277.688/MT, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 21/8/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Julgo prejudicado o pedido de tutela provisória, considerado o não conhecimento do apelo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator